

Agora a Constituinte já pode trabalhar



Cada uma das oito comissões temáticas da Constituinte escolheu ontem, por voto secreto, os seus respectivos presidentes, 1º vice-presidente, e 2º vice-presidente. Logo em seguida, cada presidente designou o relator de sua comissão. E cada comissão foi imediatamente subdividida em três subcomissões.

Nas eleições de ontem voltaram a ocorrer divergências entre o PMDB e a Frente Liberal. Os acordos entre os líderes Mário Covas e José Lourenço não foram bem

recebidos em algumas das comissões. Mas as rebeliões, localizadas, não tiveram êxito e os candidatos saídos por acaso

foram confirmados nas votações secretas.

Hoje cada uma das 24 subcomissões vai escolher, também, um presidente e dois vice-presidentes. E na sexta-feira, finalmente, a grande comissão de sistematização vai adotar o mesmo procedimento. Os relatores, tanto das subcomissões como da comissão de sistematização, constituem escolhas pessoais de cada presidente. Estes, no entanto, se baseiam em acordos prévios acertados entre as lideranças partidárias.

Conservadores predominam na economia

«Vai ser uma barra». A constatação-desabafo é do senador catarinense Dirceu Carneiro, do PMDB, ao comentar as dificuldades que os constituintes de tendência mais progressista enfrentarão na Comissão da Ordem Econômica, onde há forte predomínio dos conservadores. O deputado pernambucano Osvaldo Lima Filho, também do PMDB, considera-se «um Daniel na cova dos leões» e o baiano Virgildáσιο Sena, outro peemedebista mais à esquerda, prefere a saída do avestruz: «Não posso pré-julgar os companheiros».

Dirceu Carneiro acha difícil a comissão avançar, de modo significativo, na questão da propriedade, em consequência do predomínio de representantes do poder econômico. Na realidade, nessa comissão, além dos ex-ministros Delfim Netto e Roberto Campos, estarão vários peemedebistas vinculados à produção rural e ao empreendimento urbano, incluindo, por exemplo, o presidente da Confederação Nacional da Indústria, Albano Franco, e constituintes apoiados pela UDR.

Lobbies

Os progressistas do PMDB nada fizeram para evitar esse



Lourenço e Covas: atônitos com desacordos

predomínio conservador na Comissão. Dirceu Carneiro explica que «as pressões dos lobbies» inviabilizaram uma seleção de nomes mais identificada com o programa partidário. O que o senador não disse, mas é verdadeiro, é que vários peemedebistas ficaram quietos por serem postulantes a cargos na comissão.

A esquerda foi melhor contemplada na Comissão da Ordem Social. Ali estarão os petistas Paulo Paim, Benedita da Silva e

Eduardo Jorge; o pedetista Juarez Antunes; os comunistas Edmilson Valentim (PC do B) e Augusto Carvalho (PCB) e os peemedebistas Célio de Castro, Bosco França, Domingos Leonelli, Mansueto de Lavor e Renan Calheiros.

As posições mais conservadoras serão representadas pelos 15 nomes do PFL e pelos pedesistas Cunha Bueno, Osvaldo Bender e Adilson Mota.

Na Comissão da Família, Educação, Cultura, Comunicação, Ciência e Tecnologia, a atual política de comunicação terá defensores estreitamente vinculados ao setor, como o pedetista baiano Angelo Magalhães, irmão do ministro Antônio Carlos e Rita Furtado, mulher do secretário-geral desse ministério, Rômulo Furtado.

A subcomissão de Educação assistirá o confronto entre os empresários do ensino Bezerra de Mello (PMDB-CE) e Arnold Fioravanti (PDS-SP) e defensores do ensino superior, como Hermes Zanetti (PMDB-RS), João Calmon, (PMDB-ES), Pompeu de Sousa (PMDB-DF) e Florestan Fernandes (PT-SP).

Equilíbrio

Nas demais comissões, registrou-se um razoável equilíbrio na composição ideológica, inclusive na mais importante delas — a de sistematização. Do centro para a esquerda ali estarão nomes como os peemedebistas Fernando Henrique Cardoso, Fernando Lyra, Pimenta da Veiga, Bernardo Cabral, Aloisio Campos e Francisco Pinto; o líder do PDT, Brandão Monteiro, o presidente do PT, Luis Inácio da Silva e os comunistas Roberto Freire (PCB) e Haroldo Lima (PC do B). Do centro para a direita, Afonso Arinos, Carlos Chiarelli, Konder Reis, Virgílio Távora, Sandra Cavalcante e Paulo Pimentel, entre outros (Marcondes Sampaio)

Derrotada articulação de Covas

O líder do PMDB, Mário Covas, sofreu sua primeira grande derrota na Constituinte ao ver ir por terra suas articulações para fazer do senador Almir Gabriel (PE) o relator da Comissão de Ordem Social, em detrimento do deputado Domingos Leonelli (BA), da esquerda independente do PMDB e que conta com o apoio da unanimidade da bancada baiana, dos partidos de esquerda e entidades da sociedade civil, como Diap e Contag.

A Ordem Social é agora a única comissão sem relator e Mário Covas terá que reunir a bancada do seu partido ali abrigada para indicar um novo nome. Leonelli forçou essa situação ao enfrentar Covas durante a instalação da comissão, inclusive levando o candidato do líder a retirar sua indicação previamente acertada com o PFL. Com a reviravolta, o deputado baiano volta a ser o favorito ao cargo.

A comissão de Ordem Social foi a que abrigou o maior número de constituintes progressistas e a indicação de Leonelli para o cargo de relator parecia assunto liquidado até a madrugada de ontem. Numa tensa reunião realizada na casa do vice-líder peemedebista Euclides Scalco, porém Mário Covas acabou

cedendo a vaga de relator da comissão de Organização Eleitoral ao também baiano Prisco Viana, e com o argumento de que a Bahia não podia fazer dois relatores tirou Leonelli da jogada na Ordem Social.

— Covas, você precisa correr para a Ordem Social. Leonelli se lançou candidato a presidente e o acordo entre os líderes pode ir por água abaixo — avisou um deputado ao senador Mário Covas, no momento em que ele acabava de neutralizar as pressões para que Severo Gomes não fosse indicado relator da comissão de Ordem Econômica. Pelo acordo entre as lideranças, o PFL tinha direito a indicar todos os presidentes das comissões e a candidatura de Leonelli colocava isso por terra.

Mais confusão

Três deputados — Beth Azize, PSB, Fernando Santana e Augusto Carvalho, PCB, — foram às suas comissões na Constituinte e descobriram perplexos que haviam sido excluídos devido a uma interpretação restritiva do Regimento feita pela assessoria do deputado Ulysses Guimarães. Azize foi ao plenário e ameaçou: se não for reescalada para a comissão, renunciará a seu man-

dato. Mesmo assim, nem ela e nem Fernando Santana participaram ontem da instalação e eleição da Comissão de Ordem Econômica. Já Augusto Carvalho foi à Comissão de Ordem Social, insistiu em participar e acabou ganhando esse direito, com o aval inclusive do líder do PMDB, senador Mário Covas.

A deputada Beth Azize, em nome do PSB, protestou em plenário contra a discriminação aos pequenos partidos e concluiu seu discurso com uma ameaça: «Se não for participar da elaboração da Constituição, nada mais terei a fazer aqui. Portanto, renunciarei a meu mandato». Preocupado, Ulysses prometeu solucionar o problema. Em seguida, Augusto Carvalho também registrou seu protesto, ouvindo, em resposta, a mesma promessa de Ulysses.

Com o apoio do líder do PFL, deputado José Lourenço, o senador Mário Covas deu um testemunho favorável à participação de Augusto Carvalho. E ele entrou na comissão antes mesmo de uma decisão da Mesa neste sentido.

Já o deputado Fernando Santana, indignado, atribuiu a sua exclusão da Ordem Econômica à ação dos lobbies conservadores.

CONHEÇA OS NOMES (E AS TENDÊNCIAS)

Ordem Social

Presidente: Edme Tavares de Albuquerque (PFL-PB), 50 anos, advogado, exerce seu segundo mandato. Edme Tavares foi coordenador da candidatura do ex-ministro Mário Andreazza à presidência da República, no Congresso, derrotado ainda na convenção do PDS pelo ex-deputado Paulo Maluf. Presidente da Comissão de Constituição e Justiça e da Comissão de Desenvolvimento Regional. Ele foi membro das Comissões de Orçamento, Finanças e Tomada de Contas e Redação de Leis e vice-presidente da Comissão de Trabalho e Legislação. Até agora, não tem se destacado nem em plenário e muito menos pela apresentação de projetos de interesse público.

Relator: o relator da Comissão ainda será escolhido hoje através de articulação de lideranças. O senador Mansueto de Lavor (PE) retirou sua candidatura restando agora os nomes do deputado Domingos Leonelli e do senador Almir Gabriel, todos do PMDB.

A Comissão da Ordem Social discutirá o direito de greve e outros direitos trabalhistas. O ecologismo é também a reserva de mercado para a indústria farmacêutica dominarão os debates dos parlamentares que não deixarão de discutir a aplicação de recursos e programas para a saúde.

Ordem

Econômica

Presidente: senador José Lins Albuquerque (PFL-CE), 66 anos, engenheiro. José Lins foi secretário do Planejamento do Ceará de 1965 a 68 e diretor-geral do Departamento Nacional de Obras Contra as Secas de 1968 a 74, além de ocupar vários cargos na administração do seu estado e do Maranhão. Eleito senador em 1978 pela Arena, José Lins se destacou mais pelas defesas intransigentes do governo Figueiredo do que por qualquer iniciativa parlamentar. Afóra a defesa aos governos militares quando era da Arena ou do PDS, a atuação do senador sempre foi apagada e de pouca expressão.

Relator: Ex-ministro dos governos Castelo Branco e Geisel, o senador e empresário Severo Gomes sofreu restrições justamente da Constituinte em sua indicação para relator da Comissão de Ordem Econômica. É que tem-se destacado por uma atuação marcadamente nacionalista, na linha de frente na defesa da reserva de mercado para a informática e na suspensão do pagamento da dívida externa.

Como presidente da Fundação Pedroso Horta, Severo reúne em torno de si as melhores cabeças in-

telectuais do PMDB e defende apaixonadamente as propostas avançadas produzidas pela elite pensante do partido.

A questão do déficit público e consequentemente dos subsídios e das estatais serão os temas fundamentais da Comissão da Ordem Econômica. Entretanto, a discussão sobre uma política agrícola racional, reforma agrária e transportes não terão menor importância.

Sistema

Tributário,

Orçamento

e Finanças

Presidente: deputado Francisco Osvaldo Neves Dornelles (PFL-MG), 52 anos, é outro novato na Câmara, mas com ampla experiência administrativa. Dornelles foi procurador-geral da Fazenda Nacional, no governo Geisel, cargo que deixou para assumir a Secretaria da Receita Federal, onde ficou de 1979 a 85. Da Receita Federal, ele foi para o Ministério da Fazenda por indicação do seu tio e ex-presidente Tancredo Neves. Sua passagem pelo Ministério, no entanto, foi curta de março a agosto de 85. Economista, faz parte da escola monetarista liderada pelo ex-ministro Delfim Netto. Atualmente, especula-se que o deputado deverá disputar a prefeitura de Belo Horizonte.

Relator: deputado José Serra (PMDB-SP), 45 anos, é doutor em Economia pela Cornell University Ithaca, dos EUA. O principal cargo ocupado por Serra foi o de secretário de Economia e Planejamento do Estado de São Paulo, durante o governo Franco Montoro. Antes disso, ele era professor de Economia da Unicamp, atividade que exercia desde 1967. Serra é casado e foi eleito com 160.868 votos. Como relator pretende concentrar-se em três pontos: 1) justiça social na repartição da carga tributária; 2)

adequação do sistema tributário ao nosso crescimento e, 3) atenuar as desigualdades de desenvolvimento regionais.

O Imposto de Renda e todos os outros tributos federais, estaduais e municipais serão rediscutidos na Comissão do Sistema Tributário, Orçamento e Finanças. Serão esses os constituintes a escolherem a forma de distribuição dos recursos pelas unidades federativas. Palácio do Planalto e governadores do PMDB e PFL encontraram na Comissão o ringue para boxearem pela última vez na definição ou não da reforma tributária exigida pelos estados.

Organização dos

Poderes e Sistema

de Governo

Presidente: deputado Oscar Dias Corrêa Júnior, 37 anos, é filho do atual presidente do TSE, ministro Oscar Correa, e exerce o seu segundo mandato na Câmara. Advogado, foi membro da Comissão de Economia, Indústria e Comércio e suplente da Comissão de Relações Exteriores (1983). Oscar Corrêa é ligado ao ministro das Minas e Energia, Aureliano Chaves, ex-udenista assim como toda a sua família. Na Câmara, Oscarzinho, como é chamado por ter o mesmo nome de seu pai, vem tendo uma atuação discreta e até agora não ganhou nenhum destaque por projeto que tenha apresentado ou pela sua participação em plenário.

Relator: Conhecido como o ideólogo do pensamento de centro-esquerda no PMDB, o deputado o Eglydio Ferreira Lima impressiona os seus companheiros do partido não apenas nas formulações políticas, sempre com profundidade, mas também por seus inegáveis conhecimentos jurídicos.

Antes de ser político foi juiz de direito e dirigente da Seção da OAB em Pernambuco. Depois, deputado estadual, chegando à Câmara Federal em 82. Neste início de Constituinte, destacou-se como um dos articuladores do movimento pró-Soberania. Foi cotado para a Liderança do Partido, mas desistiu da disputa.

O reestabelecimento das prerrogativas do Congresso, o estabelecimento da equivalência dos Poderes reduzindo a atual supremacia do Executivo sobre o Legislativo e o Judiciário serão tarefas dos membros da Comissão da Organização dos Poderes e Sistema de Governo. eles deverão também remodelar o Judiciário de forma a tornar mais ágil a justiça brasileira. A subcomissão do Poder Executivo buscará definir o mandato presidencial e também a duração do mandato do presidente José Sarney.

Organização

do Estado

Presidente: deputado José Thomaz da Silva Nonô Neto (PFL-AL), 39 anos, exerce o segundo mandato na Câmara Federal. No governo indireto Guilherme Palmeira, Nonô foi nomeado secretário da Fazenda de Alagoas. Nas últimas eleições foi o deputado mais votado do estado, o que lhe credenciou a disputar o governo alagoano, em 1990. Em janeiro, ele foi derrotado pelo deputado José

Lourenço (BA) na disputa pela liderança do PFL na Câmara. Apesar da diferença de votos ter sido muito grande em favor de Lourenço, seus amigos creditam os poucos votos que obteve pelo fato de Nonô não ter se empenhado na campanha pela liderança.

Relator: Um dos presidentes do PMDB, o senador José Richa quer fortalecer a sua candidatura através de uma destacada atuação na Constituinte. Ganhou pontos com a articulação da candidatura do senador Mário Covas à liderança do PMDB na Constituinte.

Com ampla experiência parlamentar como deputado e senador e administrativa como prefeito de Londrina e governador do Paraná, Richa é um político que circula com desenvoltura em todas as correntes do PMDB. Pretende, agora, adquirir a necessária notoriedade nacional para viabilizar a sua candidatura presidencial. Com esse objetivo, preferiu permanecer na Constituinte a ser ministro de Estado.

Indicar o que é de competência da União, dos estados e dos Municípios estabelecendo as áreas de atuação de cada uma destas unidades será a de competência da Comissão da Organização do Estado. Os 63 membros desta comissão terão por tarefa a delimitação de onde e qual a abrangência dos mecanismos de saúde, educação e outros da União sobre os estados e municípios. Serão eles também a definir a competência do governo federal e a forma de aplicação de impostos estaduais e federais.

Soberania e dos

Direitos e Garantias

do Homem

e da Mulher

Presidente: deputado Mário Assad (PFL-MG), 62 anos, advogado, exerce o seu segundo mandato federal. Na legislação passada, Assad foi relator da Comissão de Constituição e Justiça da Câmara e suplente da Comissão de Trabalho e Legislação Social. Ele é tido como um parlamentar moderado e de fácil diálogo com seus colegas congressistas, características que marcaram sua atuação como relator na Constituição e Justiça, quando foi responsável pelo parecer de matérias relevantes na Comissão. Exerceu vários cargos no governo de Minas e foi deputado estadual pela Arena chegando à Câmara pelo PDS, em 1982.

Relator: senador José Paulo Bisol (PMDE-RS), 58 anos, s, desembargador, exerce o seu primeiro mandato no Congresso. Bisol teve uma carreira política meteórica passando de deputado estadual, em 1983-87, para senador graças a popularidade que conseguiu como comunicador. Ele foi nos últimos cinco anos apresentador do programa TV Mulher, no Rio Grande do Sul e colunista do

jornal Zero Hora de Porto Alegre. O senador se auto-define como um "progressista" que vê com simpatia as teses da esquerda. Como relator, ele pretende colaborar para que a nova Constituição tenha, na prática, dispositivos que garantam os direitos individuais.

A Comissão da Soberania e dos Direitos e Garantias do Homem e da Mulher debaterá os direitos de todos os cidadãos brasileiros. A ela também caberá decidir como deverão ser as relações entre o Brasil e as demais nações do globo.

Organização

Eleitoral, Partidária

e da Garantia

das Instituições

Presidente: uma das figuras destacadas do regime autoritário, Jarbas Passarinho foi eleito senador pelo Pará com o apoio do governador Jader Barbalho, do PMDB, atendendo a pedido do presidente José Sarney.

Ex-ministro do Trabalho e da Educação, Passarinho era coronel em março de 1964. Fluente e ouzado, adaptou-se bem à atividade política, chegando a liderar a Arena e a presidir o Senado Federal. E, no momento, o líder do PDS no Senado — partido de oposição —, mas mantém excelente relacionamento com Sarney. Em pleno regime militar, chegou ser cogitado para a Presidência da República.

Relator: deputado Luiz Humberto Prisco Viana (PMDB-BA), 54 anos, jornalista, exerce o seu quarto mandato federal. Prisco Viana está há menos de um ano no PMDB, partido que ingressou depois de ocupar a secretaria-geral da Arena e do PDS, no mesmo período em que o presidente do partido era o então senador José Sarney. Prisco é um dos parlamentares mais ligados a Sarney o seu nome foi cogitado para a liderança do governo na Câmara, cargo que não assumiu devido ao pouco tempo que havia se afastado do PDS, onde exercia a liderança da bancada na Câmara. Em 1977, foi relator da CPI da Política Mineral.

Uma discussão da qual já participou no Congresso o presidente Sarney, quando senador pela Arena maranhense vai ganhar vulto e poderá modificar a atual forma de realização dos pleitos. É quanto às eleições para a Câmara dos Deputados pelo sistema proporcional, distrital e distrital misto (metade pelo voto em distritos e metade dos eleitos pelo sistema proporcional). Sarney defendeu, na época, a implantação do sistema distrital misto nas eleições brasileiras. Foi derrotado. Nesta

comissão também será discutida a destinação constitucional das Forças Armadas.

Família, Educação,

Ciência e

Tecnologia

Presidente: aos 43 anos, o senador Marcondes Gadelha é um exemplo do ecletismo na vida política brasileira. Eleito deputado federal em 1970, destacou-se como um dos mais ativos integrantes do grupo autêntico do MDB. Mais tarde, devido a problemas regionais na Paraíba, ingressou no PDS.

Gadelha foi um dos principais articuladores da campanha frustrada de Mário Andreazza à Presidência da República. Depois, aderiu à dissidência do partido, estando no momento no PFL. Em 86, disputou a eleição para governador da Paraíba e perdeu para Tarcísio Burty, do PMDB.

Relator: Atuante deputado estadual, Paulo Alberto foi cassado. Com o pseudônimo de Arthur da Távola ganhou notoriedade escrevendo sobre televisão. Era o candidato dos progressistas do PMDB à Prefeitura do Rio de Janeiro, mas perdeu na convenção para o deputado Jorge Leite, herdeiro do chaguismo no Rio de Janeiro.

Em sua campanha, contou com apoio decisivo de nomes famosos da televisão brasileira. Na Constituinte, teve até agora um desempenho discreto. Será relator de uma comissão com reconhecido conhecimento de seus principais temas. É representante das correntes progressistas do PMDB.

A oitava comissão, tem um nome bastante extenso: da família, da Educação, Cultura e Esportes, da Ciência e Tecnologia e Comunicação. A divergência entre os governos brasileiro e norte-americano aparecerá durante os debates sobre a manutenção da reserva de mercado na área de informática. Também a utilização e distribuição dos canais de rádio e televisão será assunto dos membros desta comissão.

Sistematização

A Comissão de Sistematização funcionará durante toda a Constituinte, ao contrário das demais comissões que encerram seus trabalhos daqui a 65 dias. E formada por 39 parlamentares. Quarenta e nove deles indicados diretamente para a comissão pelos líderes partidários e 40 serão os presidentes e relatores de comissão eleitos ontem e hoje. Tem as funções de redigir o anteprojeto, formular um substitutivo anteprojeto em caso de necessidade, sistematizar o trabalho das demais comissões e dar parecer às emendas de plenário.